



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12337 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação

A INCORPORAÇÃO SUBORDINADA DE ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO BURGUESA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR

Francisco Gilson Rodrigues de Oliveira - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

A INCORPORAÇÃO SUBORDINADA DE ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO BURGUESA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR

Neste trabalho a temática central é a constituição e consolidação das concepções de educação que vincularam a escola à transformação social, tecidas ao longo do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Forjados na luta pela inclusão dos filhos dos operários no processo de escolarização, os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora foram além; construíram concepções de educação contrapostas às concepções burguesas em formação. Por consequência, presenciaram os educadores adaptarem aos interesses educacionais burgueses algumas das suas proposições político-pedagógicas. Portanto, analisamos, por um lado, o processo pelo qual a reivindicação dos trabalhadores por educação escolar para seus filhos metamorfoseou-se em pedagogias voltadas à transformação social, e, por outro, a incorporação subordinada, perpetrada por educadores de matiz burguesa, de alguns dos princípios pedagógicos construídos pelas concepções educacionais dos trabalhadores.

Para tanto, duas questões orientaram os rumos dessa análise, a saber: o processo de constituição das concepções de educação para a transformação social; as reações burguesas às teses e às práticas educacionais revolucionárias. Submetemos tais questões a uma metodológica pesquisa bibliográfica, cujas preocupações foram: elencar um conjunto de autores considerados fundamentais para a temática; recuperar as ideias sobre educação desses autores, tratando-as como fontes primárias; priorizar as obras dos próprios autores, e quando isso não foi possível, recorrer a comentadores (antigos e/ou atuais), nunca sem antes verificar

as afirmações e/ou citações em mais de uma fonte secundária. Assim, o levantamento bibliográfico, mais do que extenso foi funcional: trazer ao máximo as vozes dos sujeitos em questão.

A preocupação principal foi a de recuperar categorias sociológicas: os ideais, os valores e as práticas educativas das diferentes frações da classe trabalhadora; processo pelo qual a educação e a escola constituíram e se constituíram em política pública, em obrigação e em direito universal, influenciando os rumos da vida social do último século.

Há certo consenso entre os historiadores da educação – Manacorda (1992), Boto (1996), Lopes (1981) – de que as últimas décadas do século XVIII inauguram uma relação nova entre escola e sociedade. Nesse sentido, as propostas de reformas educacionais da Revolução Francesa (Condorcet e Lepelletier) traziam a centelha da transformação social; particularmente a de Lepelletier, que além da educação pública e da laicidade (Condorcet), defendeu a universalidade, a obrigatoriedade e a educação intelectual para todos (*apud* BOTO, 1996, p. 171). Portanto, garantia a escolarização às massas camponesas e urbanas.

Nas primeiras décadas do século XIX, a defesa do acesso à educação escolar orientada para a formação intelectual foi, ainda que amparada em uma visão idealista de transformação social, um dos primeiros princípios de uma educação socialistas. Em sintonia com a ideia de socialismo como desdobramento natural da evolução do espírito humano rumo ao progresso e ao bem-estar, Owen, Saint-Simon, e mesmo Proudhon, acreditavam que a educação escolar seria um dos meios fundamentais de transformação das pessoas, adequando-as à verdadeira fraternidade, pressuposto para uma vida livre e socialmente justa. Assim, para as primeiras concepções socialistas modernas (ainda sem nenhum ou pouco vínculo com a luta de classes) seria possível reformar a vida social a partir do exemplo (experimentos sociais socialistas), sendo desnecessária a luta política e social; e a educação seria parte estratégica nesse modelo de transformação social.

Foi somente em meados do século XIX, que teve início, ainda que incipiente, a discussão teórica sobre os vínculos entre educação e transformação social, levada a cabo pela polêmica entre Proudhon e Marx. Já estavam presentes nesse debate os rudimentos dos princípios fundamentais da educação para transformação social: o conhecimento e a aprendizagem como construções coletivas; a distribuição democrática do conhecimento; a unidade entre trabalho manual e trabalho intelectual. No entanto, a perspectiva revolucionária da educação escolar consolidou-se em outra polêmica política e intelectual no final dos anos 60/início dos 70 do século XIX; agora entre Marx e Bakunin no interior da I Internacional, tendo como pano de fundo as intenções e as efêmeras medidas legais dos *communards* sobre a educação na Paris revolucionária (1871).

O resultado é a criação de duas tradições revolucionárias de educação escolar: a libertária e a emancipadora. A primeira, com sua crítica pedagógico-social às escolas estatais burguesas e religiosas – Bakunin, Khopotkin e Mella – e com suas as escolas experimentais

anarquistas – Robin, Faure e Pelloutier (MARIYÓN, 1989).

A segunda, desenhada em seus elementos fundamentais na obra de Marx, *Crítica ao Programa de Gotha*, expressa a irreduzível diferença entre a perspectiva revolucionária comunista e os conciliadores no seio movimento operário; a trajetória da educação nos primeiros anos da Revolução Russa (PISTRAK, 2000) e a clássica escola unitária (GRAMSCI, 2006).

Mas, a burguesia não estava alheia à educação escolar. À medida que ela consolidou o processo de expropriação dos meios de produção, concretizando a exploração e a opressão sobre os trabalhadores, também foi obrigada a reformar as antigas e criar novas instituições, capazes, primeiro, de estabilizar a nova ordem social e, em seguida, de reproduzi-la; o que significava apaziguar as contundentes tensões sociais e responder a pontuais reivindicações dos trabalhadores. A escola foi uma dessas instituições que precisou ser renovada; processo que se estendeu até meados do século XX e incorporou elementos pedagógicos presentes nas concepções educacionais revolucionárias.

Desse modo, a educação escolar desenvolvida pela burguesa, que se revelou, entre outras coisas, na universalização da escolarização, incorporou ideias e práticas educacionais construídas pelos intelectuais orgânicos do movimento operário. Algumas questões nevrálgicas das propostas pedagógicas revolucionárias foram incorporadas pela burguesia, mas esvaziadas de seu teor transformador. Entre elas, a defesa da distribuição democrática do conhecimento, que adaptada à ideia de construção individual do saber, preconizada no sistema educacional burguês.

Ficou patente que as classes dominantes, ao longo da consolidação da sociedade burguesa, incorporaram subordinadamente elementos importantes das propostas educacionais engendradas pelas classes subalternas, esvaziando-as dos seus significados e sentidos revolucionários. Entretanto, a unidade entre a formação para o trabalho manual e a formação para trabalho intelectual, o principal desdobramento da democratização do conhecimento, o “núcleo duro” da educação para a transformação social, a concepção burguesa de escola jamais conseguirá incorporar, pois o fundamento do processo educacional burguês, expressão da divisão de trabalho tipicamente capitalista, é a apropriação privada do conhecimento.

Palavras-chave: Educação; Transformação social; Socialismo

REFERÊNCIAS

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo**: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Unesp, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere** (vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, Eliane M. Teixeira. **Origens da educação pública**: a instrução na revolução burguesa do século XVIII. São Paulo: Loyola, 1981.

MANACORDA, Mário. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

MARIYÓN, F. G. (Org.). **Educação Libertária**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Ciência e Paz, 1984.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.